



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	20041/2023
Data do Início	28/09/2023
Folha	
Rubrica	

**REF: Recurso da empresa AJA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP referente à Concorrência Pública 01/2023.**

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **AJA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- A incorreta habilitação da empresa considerada vencedora.

**III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS**

Inicialmente, cabe uma breve análise do processo licitatório em tela.

Conforme consta na 8ª ATA DE REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 PMM, após a abertura dos envelopes de preço, a empresa HSR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA restou classificada em primeiro lugar. Contudo, o valor da proposta apresentada foi questionada pelos demais licitantes, sob alegação de que seria inexequível. Diante disso, a sessão foi suspensa para análise da proposta de preço da empresa provisoriamente declarada vencedora pela Secretaria Requisitante.

Na sessão seguinte, como menciona-se na 9ª ATA DE REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 PMM, foi informado pela vice-presidente da CPL que a diligência sobre a proposta apresentada pela empresa HSR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA havia sido feita por um servidor da Secretaria de Educação e que a análise do cálculo foi feita da seguinte forma: valor estimado da licitação/média aritmética, confirmando assim a habilitação e classificação em primeiro lugar da empresa HSR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

À vista disso, foram analisadas as alegações firmadas por esta recorrente. Assim, vejamos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Ao analisar o recurso interposto pela empresa AJA CONSTRUÇÕES, os documentos enviados junto à proposta da empresa declarada vencedora e os atos desta Administração, foi observado que a planilha de memória de cálculo da administração local, que consta no edital, de fato não foi apresentada pela ora recorrida. E que, por equívoco, não foi observada anteriormente por esta Comissão devido ao fato da nomenclatura usada ser diferente da usual; uma vez que utilizamos a nomenclatura “memória de cálculo” quando necessitamos justificar a mensuração dos serviços ou aquisições da Administração. E nesse sentido, entendemos que a planilha “memória de cálculo” deveria ser nomeada como “planilha de decomposição de custos”.

Deste modo, é de extrema importância ressaltar que é facultado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação realizar diligências para complementar ou esclarecer eventuais dúvidas ou vícios sanáveis, corroborando com o artigo 43, da Lei 8666/93, vejamos:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Ainda, de acordo com o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União, o dispositivo legal não veicula uma simples discricionariedade ao gestor público, mas sim um verdadeiro dever de ação nas situações em que a diligência se mostrar necessária e adequada. É pacífico o entendimento do Tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à Comissão promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame.

É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis:

“Atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei”.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Cabe destacar que o tema acima tratado vem ganhando força e os tribunais vem reiterando as decisões, vejamos ainda o acórdão nº 2443/2021 – Plenário do TCU:

“A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência”

Nesse momento, cumpre esclarecer que a Administração Pública tem por primazia a realização de seus atos com base nos princípios e regramentos que disciplinam a matéria. Contudo, a fim de buscar clareza e consonância com às modificações do ordenamento jurídico que busca sempre adequação perante os comportamentos sociais e atos da administração, esta Comissão se vê obrigada a constantemente estar revendo seus atos para melhor preservação do interesse público, bem como garantir que seus atos estão de acordo com os demais princípios que versam sobre o direito administrativo.

Dito isso, é importante trazer ao debate o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da revisão e mudança de entendimento da Administração Pública em reanálise de seus próprios atos, conforme a seguir:

**SÚMULA 346 DO STF**

“(…) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-os por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”

(AO 1.483, rel. min. Cármen Lúcia, 1ª T., j. 20-5-2014, DJE 106 de 3-6-2014)

Neste sentido, esta Especializada opta por retroagir os atos para solicitar e analisar a planilha de memória de cálculo da administração local, que por equívoco não foi observada anteriormente, por ter sido usada nomenclatura diferente da usual.

Vale ainda salientar que esta Comissão realizará a retroação do ato com fundamento no Princípio da Autotutela, o qual nas palavras do ilustre autor, Rafael Carvalho Rezende Oliveira, a saber:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

“O princípio da autotutela administrativa significa que a Administração Pública possui o poder-dever de rever os seus próprios atos, seja para anulá-los por vício de legalidade, seja para revoga-los por questões de conveniência e de oportunidade, conforme previsão contida nas Súmulas 346 e 473 do STF, bem como no art. 53 da Lei 9.784/1999.

A autotutela administrativa encontra limites importantes que são impostos pela necessidade de respeito à segurança jurídica e à boa-fé dos particulares.”

(OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, Curso de Direito Administrativo, 9. Ed., Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021)

Importante destacar também que o TCU entende que a análise da proposta de preço não pode ser feita com excesso de formalismo, uma vez que a planilha de preços tem caráter instrumental, ou seja, eventual erro é de ampla e exclusiva responsabilidade do licitante, sendo indevida a desclassificação da empresa. Vejamos:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.” (TCU – Acórdão 357/2015-Plenário)

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.” (TCU – Acórdão 2302/2012-Plenário)

Muito embora os tribunais apresentem evoluções no sentido do saneamento de vícios, a permissão aqui mencionada deve ser considerada exceção. Reforçamos que é dever da empresa prezar pelos documentos que serão entregues na sessão. O raciocínio aqui exposto visa apenas uma complementação ou sanar uma dúvida, função da diligência.

Oportuno mencionar o poder/dever de diligenciar os pontos de dúvidas de qualquer parte do processo administrativo e sobre tal possibilidade, esta especializada não mede esforços para dirimir qualquer ponto de dúvida que seja levantado, visando priorizar o



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

interesse público, mas nunca desrespeitando as regras estabelecidas pelo instrumento convocatório. Assim, como já mencionado anteriormente, será solicitado à empresa recorrida que envie a planilha de memória de cálculo; enfatiza-se que a mesma possui caráter de complementação, uma vez que a proposta foi devidamente entregue junto com a planilha de detalhamento de custos.

Finalizando, quanto ao BDI, este foi apresentado nas planilhas de proposta de preço e detalhamento de custos (fls. 3575 a 3602), sem necessidade de mais análises. Já referente ao cronograma físico financeiro, este não é solicitado pelo edital para apresentação durante fase de habilitação e proposta.

#### **IV- DAS CONTRARRAZÕES**

Transcorrido o prazo para contrarrazões, a empresa HSR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME apresentou tempestivamente suas alegações.

#### **V – CONCLUSÃO**

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa especializada opina pelo **DEFERIMENTO PARCIAL** do presente recurso quanto a retroação dos atos para análise da planilha; e o submetemos à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 09/10/2023.

---

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS  
Matr. 111.813

DE ACORDO

---

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS  
Pregoeira